



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 335ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente- CONSEMA, realizada no dia 21 de outubro de 2015.**

Realizou-se no dia 21 de outubro de 2015, às 10h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 335ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros **Cristina Maria do Amaral Azevedo, Secretária-Adjunta do Meio Ambiente, Ana Cristina Pasini da Costa, Amauri Gavião A. Marques da Silva, André Graziano, Camila Kuhl Pintarelli, Carlos Roberto dos Santos, Danilo Angelucci de Amorim, Dimitri Auad, Eduardo Trani, Fernanda Falbo Bandeira de Mello, Flávio Antas Corrêa, Francisco Roberto Arantes Filho, Gabriela Ramos Hurtado, Gilmar Ogawa, João Carlos Cunha, José Luiz Fontes, Luis Sérgio Osório Valentim, Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel, Marisa de Oliveira Guimarães, Mauro Frederico Wilken, Monica Ferreira do Amaral Porto, Regina Marcela Baccarat Teixeira Palermo, Roberto Lucca Molin, Roberto Ulisses Resende, Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor, Rodrigo Levkovicz, Sérgio Meirelles Carvalho, Telma de Cássia dos Santos Nery, Ulysses Bottino Peres, Valdecir Sarroche da Silva.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Comunicações da presidência e da secretaria-executiva; 2. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Apresentação sobre o Projeto Rede Verde de Condomínios; 2. Apresentação das atualizações do Programa Nascentes; 3. Apresentação do Programa Conservação *ex-situ* de Fauna. Abertos os trabalhos e entrando-se no Expediente Preliminar, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, informou que a ata da 334ª RPO, não fora encaminhada aos conselheiros porque não se conseguiu redigi-la e corrigi-la em tempo, dado que a reunião de setembro veio a ocorrer apenas no dia 30 e ficou curto o tempo entre ela e a convocação da subsequente. Ato contínuo, passou a palavra à Secretária-Adjunta do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA em Exercício, **Cristina Maria do Amaral Azevedo** que, por sua vez, informou não ter nenhuma comunicação a fazer. O conselheiro **André Graziano** reiterou o convite protocolado e dirigido à Secretária Patrícia Iglecias, e extensivo aos conselheiros e às diferentes instâncias da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para visitarem as instalações do Projeto Aracati - Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil, localizada às margens da Represa de Guarapiranga, na RMSP. Ressaltou tratar-se de unidade totalmente licenciada para processar quaisquer tipos de resíduos provenientes de obras urbanas, e informou que, apesar de básica, essa unidade é inovadora no Brasil, pela forma como realiza a triagem e a reciclagem de materiais dessa natureza. Levantou a preocupante questão dos resíduos de gesso da construção civil, lembrando que há pouco tempo o CONAMA alterara sua categoria por ter deixado de ser resíduo perigoso. Ressaltou a escassez de estudos sobre métodos de reciclagem de gesso no Brasil, apesar dos avanços alcançados por essa categoria em outros países, e, com o propósito de suprir o incipiente conhecimento existente na área, enfatizou que se tem buscado desenvolver pesquisas próprias e estabelecer diversas parcerias com universidades, institutos de pesquisa e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Relatou ser desestimulante descobrir que existe apenas um ou outro profissional interessado pelo assunto, apesar de ser um dos produtos mais consumidos em larga escala pela construção civil, tanto comercial como residencial, e informou também que os resíduos de gesso, quando dispostos em aterros, provocam, em determinado momento, a desestabilização da massa de lixo em razão do seu elevado grau de solubilidade, sem causar, no entanto, significativa contaminação ambiental, pois laudos ambientais comprovam ser ele um material inerte e de pH mais básico. Sobre esse tema o conselheiro informou que trazia ao Conselho a solicitação de que fossem incluídas na discussão proposta sobre o pós-consumo do gesso, informações sobre sua cadeia de responsabilidade, tendo em vista que os produtores e seus maiores usuários, caso de muitas construtoras, como já referido, estão pouco preocupados com sua destinação final, apesar de seu uso em larga escala pela construção civil. Como evidência do uso de gesso na construção civil, comentou o uso do material em *shopping centers* e edifícios residenciais que são



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

amplamente revestidos por esse material. Enfatizou também a importância de se discutir a pertinência da logística reversa aplicada a esse tipo de resíduo, ou, como aconteceu com o amianto, a proibição de seu uso em razão da inexistência de incentivos e estudos de qualidade e em quantidade suficiente para fundamentar a opção de se devolver ou não, após seu processamento, esse tipo de resíduo à natureza. O **conselheiro** reiterou que fazia esse alerta, e desejava saber como a SMA encarava essa questão. Esclareceu que, na cidade de São Paulo, existem atualmente apenas três ou quatro locais licenciados e aptos a receber e processar resíduos de gesso, o que é insuficiente para o volume gerado diariamente. Por esses motivos, qualificou como urgente a necessidade de conhecer para onde estão sendo encaminhados os resíduos da construção civil, em especial o gesso. O conselheiro **Mauro Wilken** solicitou esclarecimentos sobre o exato período em que as entidades ambientalistas devem inscrever-se no Cadastro de Entidades Ambientalistas de São Paulo-CadEA, pois há notícias de que os procedimentos que vinham sendo adotados no processo de inscrição estão sendo revisados, sem a participação de seus membros, tal como aconteceu no passado, e gostaria de participar. O conselheiro **Roberto Ulisses** teceu considerações sobre o sigilo que vem sendo imposto pelo Governo do Estado de São Paulo a determinados documentos públicos, referindo-se a casos pontuais em que a manutenção do sigilo tem contribuído para o surgimento de dificuldades nas comunicações. Acrescentou ter enfrentado dificuldades até mesmo para acesso a processos de licenciamento, aos quais se atribuiu caráter sigiloso durante os próximos vinte e cinco anos. Por que TCRAs não são públicos? Solicitou revisão de conceitos e pediu a revisão da Decisão de Diretoria/CETESB nº 238/2014. O conselheiro **Danilo de Amorim** reiterou convite aos conselheiros para que participem do 7º Encontro Paulista de Biodiversidade, que acontecerá nos dias 25 e 26 de novembro próximo e que tratará da restauração em larga escala, fauna e restauração, e fauna em ambiente antropizado. Informou também que, nessa oportunidade, se fará o lançamento do livro “Por que carnívoros?” e a entrega do “Prêmio Muriqui”. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** apresentou a nova suplente da PGE, a conselheira **Camila Kuhl Pintarelli**. O conselheiro **Dimitri Auad** solicitou à conselheira Mônica Porto informações sobre o licenciamento da Hidroelétrica de Jaguari, de responsabilidade da CESP. Sugeriu fosse resgatado, no processo de revisão do CadEA, o modelo de cadastramento anteriormente utilizado e semelhante ao do CONAMA, que inclui a participação das próprias entidades ambientalistas. Solicitou também a cooperação do conselheiro Eduardo Trani, com vistas ao reestabelecimento da fiscalização integrada como forma de impedir a ocupação irregular da Represa Billings. O conselheiro **Rodrigo Victor** falou da audiência pública que será realizada no dia seguinte no Município de Águas da Prata, objetivando a categorização do Parque Estadual de Águas da Prata, de modo a atender às exigências estabelecidas pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Informou que existe a proposta de se criar até o próximo ano de quatro a seis novas unidades de conservação no Estado de São Paulo. O **Secretário-Executivo** esclareceu que o cadastramento das entidades ambientalistas no CadEA é realizado pela Coordenadoria de Educação Ambiental– CEA e, portanto, os conselheiros deveriam se dirigir diretamente à CEA para tratar do assunto. Esclareceu, contudo, que a revisão das normas era de interesse também da própria Secretaria-Executiva, pois as normas antigas criavam dificuldades na hora de se convocar a assembleia para eleger os ambientalistas que integram o CONSEMA, e há muito solicitava que fossem revisadas. A Secretária-Adjunta **Cristina Maria do Amaral Azevedo** agradeceu as informações ofertadas acerca dos resíduos da construção civil, e asseverou que, no tocante às informações relacionadas com o sigilo imposto a alguns documentos públicos, as encaminharia oportunamente tanto à Secretária de Estado de Meio Ambiente, Patrícia Iglécias, como ao Presidente da CETESB, Otávio Okano. A conselheira **Ana Cristina Pasini**, ao ser indagada a esse respeito, informou já se ter concluído o licenciamento da hidrelétrica de JAGUARI, de responsabilidade da CESP, pois já lhe fora concedida a licença de operação. A conselheira **Fernanda Bandeira de Mello** agradeceu ao conselheiro Eduardo Trani por tê-la substituído na reunião havida na Câmara Municipal que recebeu o nome de “Operação em Defesa das Águas”. Nessa reunião,

Página 2 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

disse, foi divulgada e acolhida proposta de renovação do convênio, o que igualmente obteve consenso da SMA – particularmente da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental–CFA – e da Prefeitura do Município de São Paulo através da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Acrescentou ter-se decidido nessa oportunidade que, apesar de seu histórico errático – às vezes muito bom, às vezes não tão bom, e, às vezes, até um pouco ruim –, é importante, é interessante e necessário que se renove esse convênio. Argumentou que essas discussões ensejaram tanto a realização de várias reuniões nas duas esferas de governo – a estadual e a municipal – como a circulação da notícia segundo a qual o Governo do Estado de São Paulo, em suas manifestações, ratificara o entendimento de que a Operação da Defesa das Águas não consistia, exclusivamente, na operação de fiscalização, mas também na operação de contenção da poluição. Ressaltou que não só são bem-vindos, como também necessários, os parceiros da SMA engajados nessa defesa, entre eles, as Secretarias de Estado da Habitação, de Energia, de Saneamento e Recursos Hídricos, e outros entes como a própria SABESP e a Defesa Civil. Concluiu dizendo que a área técnica está ainda mapeando quais áreas serão objeto de ação mais intensiva, principalmente no que concerne ao planejamento. Ocorreu, em seguida, uma troca de pontos de vista entre o conselheiro **Dimitri Auad** e a conselheira **Fernanda Bandeira de Mello** acerca da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental–TCFA, contexto em que se discutiu a eficácia da transferência para o Estado de parte das atribuições até então conferidas ao Governo Municipal, tendo o conselheiro Dimitri informado que os COMDEMAS desejam saber como receber parte disso. Passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, qual seja, a apresentação do Projeto Rede Verde de Condomínios. O **conselheiro Carlos Cunha** afirmou inicialmente que esse programa de educação ambiental – a Rede Verde – era destinado às escolas públicas e particulares, desde o ensino fundamental até a universidade, e que seus protagonistas se tornaram membros de equipes que ministram palestras de conscientização nas escolas, explicando, nas oficinas práticas, a importância da coleta seletiva e da logística reversa, e orientando os alunos a plantarem, com suas sementes, árvores nativas. De forma mais concisa, trata-se de um programa de educação ambiental cujos membros ministram palestras sobre o plantio de sementes, descortinando suas várias dimensões: a empírica, que desvenda a dimensão prática, pois trata do plantio propriamente dito de uma semente no vaso de cada aluno; a virtual, que trata da conscientização ambiental através da conferência “O Brasil + verde que amarelo”; e a terceira e última semente, que se apoia nos sentimentos. Enquanto o plantio de uma semente ocorre só no plano intelectual, na consciência de cada aluno, o plantio da outra semente exige uma dimensão prática, exterior à consciência, que são os vasos pertencentes aos alunos, tratando-se, efetivamente, do plantio de sementes reais obtidas das árvores. No terceiro plantio, se conta com a ajuda dos sentimentos, pois certo vínculo já se estabeleceu entre os alunos e as sementes, uma vez que só três meses afastam a última etapa da segunda. Depois de alguns meses cuidando da pequena muda, uma terceira semente já estará dando os frutos de amor e respeito à Natureza no coração dos alunos. Apresentado no Congresso SABER, do SIEEESP (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo), esse programa foi aprovado por mais de mil coordenadores pedagógicos que atuam no interior das diretorias de ensino da rede pública e recomendado pela dirigente regional de ensino. No tocante aos cuidados a serem dispensados às árvores, o conselheiro ofertou as seguintes instruções: 1) não deixar o vaso exposto à luz solar, pois o sol cozinhará as sementes, o que impedirá que germinem; 2) após a germinação, deixar as árvores expostas à luz solar, pela manhã; 3) caso nasça mais de uma muda, transferir a muda menor, uma por vaso; 4) molhar a planta dia sim, dia não, com meio copo de água, não encharcando a planta; 5) conforme a planta for crescendo, adicionar gradualmente terra até completar o vaso; 6) retornar com a muda para a escola no dia que for determinado; 7) qualquer alteração, entrar em contato com a Companhia Ecológica: [www.ciaeco.org](http://www.ciaeco.org); 8) e, no que se refere à recomposição vegetal planetária, o conselheiro esclareceu que as mudas nativas produzidas pelos estudantes serão destinadas à arborização urbana e rural, entregue a pequenos produtores para recomposição das matas ciliares etc. Já no que se refere à Rede



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Verde de Condomínios, esse sistema, observou o conselheiro, tem como objetivo promover pequenas ações que, juntas, se tornarão grandes e transformarão uma cidade, uma nação e todo o Planeta. Para suprir as necessidades dos 7 bilhões de pessoas que habitam o Planeta, o conselheiro ressaltou que se fazia necessário aumentar a quantidade de alimentos. Já no que tange à grande quantidade de lixo gerado, ele reiterou que reciclar torna-se obrigatório para manter a saúde do Planeta, pois os aterros sanitários encontram-se estagnados, e os reciclados são matérias-primas para novos produtos. Em relação ao trabalho que pretende realizar, ressaltou que, após tentativas frustradas de levar a gestão ambiental aos condomínios, constatou que o meio ambiente continuava sendo algo “bonito”, mas não prioritário, e que percebeu isso através da visão que os síndicos lançam sobre seu trabalho, qual seja, que o conjunto de suas tarefas tornaria mais onerosos os custos do condomínio, enquanto, para ele, conselheiro, isso facilitaria a vida do síndico. Fundamentado nessa constatação, esclareceu que foi criado um programa de gestão condominial que facilita a administração do síndico, podendo ser acessado em qualquer lugar através da *web*. Acrescentou que o programa organiza tanto o controle de acesso dos moradores como das visitas, dos empregados, prestadores de serviço, através de um sistema de identificação de biometria e gestão integrada de resíduos sólidos e óleo vegetal. Explicou que se trata de um programa de controle logístico que quantifica e aponta para o lugar onde se localizam os recicláveis na cidade, que igualmente identifica e quantifica o volume de reciclados em cada condomínio, e esses pontos mapeados seriam apresentados às prefeituras e cooperativas de catadores para a coleta. Argumentou que, com essas ações, se colocaria em prática o verdadeiro sentido do termo “sustentabilidade”. Lembrou que estudos realizados em condomínios observaram que uma das dificuldades era a comunicação com os moradores, sendo este um dos problemas enfrentados na implantação da coleta, embora a maior reclamação dos síndicos dissesse respeito à mecânica de recolhimento dos lixos reciclados. Baseados nessas dificuldades, coloca-se à disposição dos síndicos um programa dinâmico de processamento de dados *online*, de fácil operação, e que, inquestionavelmente, colabora com esses profissionais na administração e na comunicação com seus condôminos. Estará disponível um guia para aplicação da coleta seletiva, acompanhada por uma campanha com instruções e dicas de como envolver as crianças do condomínio na constituição e na gestão direta desse sistema. A Rede Verde de Condomínios também contém a proposta do “síndico-mirim”. O **conselheiro Carlos Cunha** ressaltou serem os estudantes os mais preparados para auxiliar o síndico e seu conselho na aplicação da coleta seletiva, pois essa nova geração, desde sua base escolar, está sendo preparada para realizar a tarefa de colocar em prática a sustentabilidade. Outra vantagem é que, na implementação desse programa, tornar-se-iam disponíveis ferramentas para os jovens aplicarem às suas atividades como condôminos, promovendo campanhas pontuais, outro recurso que se tornaria disponível para os condomínios. Cada condomínio terá um *site* exclusivo, com recurso de banco de processamento de dados *online*, com *login* e senha, que atenderá os problemas que os síndicos enfrentam, reduzindo o consumo de papel. Os condôminos poderão, a qualquer momento, verificar a prestação de contas ou fazer uma reserva para o salão de festas, uma sugestão, reclamação, e até votar em assembleias digitais *online*. Cada unidade receberá um *e-mail* exclusivo, com *login* e senha, o nome de seu prédio e o número do apartamento. Exemplo: [primavera112@condominio.com.br](mailto:primavera112@condominio.com.br); e caso a unidade esteja alugada, o locatário receberá também um *e-mail* acrescido das letras (Lo). Exemplo: [primavera112lo@condominio.com.br](mailto:primavera112lo@condominio.com.br)). Todas as câmeras de segurança dos condomínios integrantes estão prontas para alimentar o Programa de Segurança do Governo do Estado “Detecta”. Informou também que todos os *e-mails* serão hospedados no servidor do sistema, mas o locatário só votará caso tenha procuração. Além das soluções acima referidas – agendamentos, reclamações, segurança e CFTV – um controle de acesso vigiará a entrada dos prestadores de serviço, os visitantes, os funcionários do condomínio e dos apartamentos com cartão de ponto. A Gestão de Responsabilidade Compartilhada inicia-se, pois, com o consumidor, pelo processo de retorno de resíduos após o uso do produto e/ou embalagens. Trata-se da observância dos princípios da logística reversa. O **conselheiro** esclareceu também que a





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, bem como dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados. As empresas coletoras de resíduos, integradas ao sistema, possuirão um *chip* instalado em seus veículos de transporte cadastrados (caçambas, vans, caminhões, etc.), que serão acionados na partida com o resíduo coletado, e, ao entrar na empresa recebedora do resíduo, registrará que ele foi entregue. O objetivo é evitar o descarte irregular em áreas urbanas e de preservação ambiental, como terrenos baldios, leitos de rios e matas, e evitar que o condomínio seja multado por jogar resíduos de forma irregular. Esse sistema, observou o **conselheiro**, informará a localização das cooperativas e empresas de reciclagem do Estado de São Paulo, contexto este em que – informou – a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo poderá recadastrar todas as empresas do setor. Enfatizou que, de acordo com o sistema, a “Rede Verde de Condomínios”, além de localizar as recicladoras, construirá uma metodologia que oferta as matérias-primas recicladas por localidade e quantidade, como uma “bolsa” de matéria-prima reciclada. Esta iniciativa tem como objetivo incentivar os empresários a investirem no setor de reciclagem. Esclareceu que a compostagem é um processo de decomposição de resíduos orgânicos domésticos por ação de micro-organismos, um processo natural que reduz até 80% do volume dos resíduos orgânicos, tendo como resultado o melhor composto para nutrir as plantas. A vermicompostagem trata do uso da minhoca na produção de húmus, e a cisterna como um instrumento pedagógico, uma atitude da sustentabilidade, apesar de a utilização desses reservatórios ter-se iniciado durante a Revolução Neolítica (cerca de 10.000 a.C.). Sua instalação é prática, tem alto custo-benefício e gera retorno do investimento em cerca de 1 ano para os condomínios. Captação de água para reuso: água das chuvas, para regar jardins; água dos ramais das lavanderias dos apartamentos, para lavar áreas comuns; lavanderia coletiva, promovendo uma economia em torno de 50%; lavagem a seco: carros, vidros, torneiras, redutores e arejadores. No que tange à Logística Reversa de Medicamentos, o **conselheiro** observou também que os descartes indevidos de medicamentos vencidos e de sobras – feitos no lixo comum ou na rede pública de esgoto – contaminam o solo e as águas. Enfatizou que medicamento vencido não salva vidas e faz mal ao ecossistema, e que, portanto, a melhor alternativa para a saúde e para o meio ambiente continua sendo o descarte consciente. Observou também que a Associação Nacional de Vigilância Sanitária–ANVISA estima que cerca de 30 mil toneladas de remédios são descartadas pelos consumidores, a cada ano no Brasil, e que sozinho o Estado de São Paulo é responsável por jogar fora 9 mil toneladas de remédios nesse mesmo período de tempo. Ofertou que a RMSP – Região Metropolitana do Estado de São Paulo é responsável pelo descarte de 370 toneladas por mês e que, para suprir essa demanda, se faz necessária a implantação de 10 miniusinas de gaseificação através de pirólise anaeróbica de alta eficiência. O conselheiro finalizou pedindo apoio do governo para implantar seu projeto. Observou que, em prol do descarte consciente – “nem pelo ralo nem pelo lixo” –, são realizadas campanhas de conscientização nas escolas e nos condomínios, instalados pontos de recolhimento e realizado o transporte adequado com o destino correto, elementos estes que, de acordo com a ANVISA, constituem a base da logística reversa. Finalizou pedindo apoio do Governo para implantar seu projeto. Pontos de recolhimento; Rede Verde de Condomínios; farmácias; Coletora com boca antifurto de medicamentos, *chip* eletrônico de monitoramento e chave eletrônica fazem com que, ao se abrir a coletora, seja emitido e enviado um sinal, e a empresa recolhadora é identificada, mas, somente ao entrar em seu destino final, a empresa recolhadora é liberada da responsabilidade. O conselheiro **João Carlos Cunha** informou ainda que, até 2016, as embalagens dos remédios deverão conter uma identificação única, através de código de barras, e as coletoras, por sua vez, possuirão leitores óticos que identificarão, através de relatórios, qual medicamento foi recolhido aos laboratórios e à SMA. O processo de gaseificação através de pirólise anaeróbica de alta eficiência – continuou o **conselheiro** – é a solução para o descarte dos resíduos envolvidos e a

Página 5 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

geração de energia elétrica nesse processo, por seu lado, é fundamental para tornar viável o custo operacional da logística reversa. A conselheira **Cristina Murgel** parabenizou o conselheiro João Carlos Cunha pela apresentação e esclareceu que a FIESP criou, em 1994, uma Bolsa de Resíduos que opera efetivamente, desde 2000. Esclareceu que a FIESP não participa das negociações, mas torna gratuitamente disponível um sistema *on line* no qual é possível divulgar ofertas de compra e venda de resíduos de diversas empresas. Reforçou ser tal sistema dependente de algumas variáveis de mercado e esclareceu que existe crescente demanda para os produtos com valor de mercado, para os quais os instrumentos da logística reversa funcionam muito bem, como é o caso do alumínio que alcança quase 100% de reciclagem. Outros materiais, no entanto, possuem valor de mercado que oscila muito, impactando o interesse das empresas. Lembrou que, atualmente, a FIESP, além de possuir uma agenda de logística reversa muito importante, participa, como membro efetivo, da Comissão Temática de Atividades Imobiliárias e Projetos Urbanísticos. A conselheira colocou-se à disposição para ofertar esclarecimentos sobre as ações e posicionamentos da FIESP no campo da logística reversa, principalmente nos trabalhos que vem conduzindo junto com os diversos setores sobre a forma de tornar viável e colocar em prática a Resolução SMA nº45/2015, que define as diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo. Afirmou, no entanto, tratar-se de um desafio nada fácil, tanto para o Estado, municípios e setor produtivo, como para a sociedade, porque ainda se fazem necessários vários instrumentos para a efetivação da logística reversa. Quanto à preocupação do conselheiro André Graziano em relação aos resíduos de gesso gerados pela construção civil, informou que a FIESP possui um Comitê da Cadeia Produtiva da Construção Civil, vinculado ao Departamento da Construção Civil, que discute diversos temas afetos ao setor. Por ser responsável, na FIESP, pela internalização de todo e qualquer tema, a conselheira informou que levará tanto ao Departamento de Meio Ambiente como ao citado comitê a questão dos resíduos de gesso, e verificará as ações que vêm sendo adotadas sobre o assunto. Lembrou a todos que o próprio SINDUSCON atuou como parceiro da CETESB no desenvolvimento do primeiro módulo do SIGOR, o que reforça, de antemão, a possibilidade que tem esses canais de trazer à baila informações importantes. O conselheiro **André Graziano** parabenizou pela apresentação feita pelo conselheiro João Carlos Cunha e perguntou se o *software* de auxílio aos síndicos já estava operando ou se ainda se encontrava em desenvolvimento. Quanto aos resíduos da construção civil, informou ter trabalhado essa questão juntamente com o Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil-CAU e constatou que a maior parte dos resíduos da construção civil descartados no Estado não provinha das obras de condomínios. O **conselheiro** discorreu sobre a necessidade de se promover o aperfeiçoamento do SIGOR – Sistema Estadual de Gerenciamento *Online* de Resíduos Sólidos, de forma a incluir todas as Prefeituras, porque a não participação de determinado município torna impossível o cadastramento do munícipe no sistema. Dissertou sobre as dificuldades de se promover a separação, na fonte, de resíduos da construção, em particular do gesso, e as características da gestão de resíduos do grande e dos pequenos geradores. Informou que entrará em vigor no dia 3 de novembro próximo o Controle de Transporte de Resíduos da Construção Civil - CTR eletrônico. No entanto, o **conselheiro** afirmou que o CTR eletrônico municipal não responsabiliza os geradores de resíduos, e, sim, os transportadores, o que não garante a devida gestão desses materiais, além de desempenhar função essencialmente arrecadatória, pois o transportador não tem como verificar os resíduos contidos nas caçambas, que não são transparentes, o que o torna dependente daquilo que declara o gerador. Discorreu sobre a problemática da recepção e coprocessamento do gesso e a falta de consenso científico sobre sua utilização na agricultura como condicionante do solo. Citou a carência de unidades de reciclagem licenciadas na capital, apesar das inúmeras cooperativas de reciclagem existentes no Estado de São Paulo, que, em sua grande maioria, operam sem as devidas licenças ambientais, sobretudo as estaduais. E reforçou a necessidade de se promoverem mais discussões sobre as dificuldades existentes na cadeia de reciclagem de resíduos. O conselheiro **João Carlos**

Página 6 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Cunha** respondeu que o *software* de seu programa está sendo testado por meio de um projeto-piloto em alguns condomínios no bairro do Morumbi. Respondendo ao conselheiro **Dimitri**, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, esclareceu que as Comissões Temáticas são órgãos auxiliares do Plenário e se reúnem quando recebem deste alguma tarefa para executar. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, qual seja, a apresentação das atualizações do Programa Nascentes. A coordenadora **Caroline M. L. Jorge Santos**, assessora da Secretária Patrícia Iglecias, começou dizendo que, por causa de alguns gargalos identificados, alguns problemas na execução do programa, principalmente porque internamente o objetivo da Secretaria é aproximar os devedores de TCRAs, os empreendedores e os restauradores que fazem efetivamente o plantio, descobriu-se que os empreendedores ficam um pouco inseguros na hora de fazer a contratação e os restauradores têm dificuldade de apresentar mais projetos. Por causa disto, decidiu-se trazer todos esses atores para a discussão. Apresentou, então, a programação da “Primeira Oficina Nascentes”, que se realizará no dia 27 de outubro próximo e contará com a seguinte programação: Abertura com a Secretária Patrícia Iglecias. 1º Bloco: fundamentos do Programa Nascentes; regras para apresentação de projetos de restauração; cumprimento de exigências do licenciamento ambiental por meio do Programa Nascentes. 2º Bloco: experiências do Nascentes; realizações e desafios para execução de projetos; experiências de um financiador; como construir um arranjo local; estratégias de mobilização para restauração ecológica. Projetos do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID: O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) aprovou, recentemente, três empreendimentos de restauração ambiental, num total de 7 milhões de reais que foram destinados ao Programa Nascentes: em **Cândido Mota**: recuperação de área urbana degradada localizada nos Jardins Santa Terezinha e Tangará, onde se encontra a nascente do Córrego do Panaro, riacho que responde por mais de 40% de toda água oferecida à população local; em **Holambra**: desassoreamento do lago holandês; em **São José do Rio Preto**: limpeza superficial da calha e das margens do Rio Preto no trecho compreendido entre os municípios de São José do Rio Preto, Ipiranga, Onda Verde e Nova Granada, com o desassoreamento de partes do trecho contemplado no projeto e no reflorestamento de parte das áreas de preservação permanente. No mês de novembro, acrescentou, será implementada a primeira etapa do plantio, pelo DAEE, de 66 ha dos 742,28 ha existentes; também será executada a recomposição florestal na faixa de 0-30 e 30-70 metros da Barragem de Paraitinga e Biritiba-Mirim. A coordenadora Caroline explicitou também quais são os entes que podem receber recursos do FID: 1) os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, dos âmbitos federal, estadual e municipal; 2) as organizações não-governamentais; 3) as organizações sociais; 4) as Organizações da Sociedade de Interesse Público – OSCIP; 5) e as entidades civis sem fins lucrativos. No que tange à proposta, seu recebimento ocorre através da abertura de edital e de projetos e deve ter como finalidade promover eventos educativos, a recuperação e a reparação de bens, a edição de material informativo relacionado com a natureza da infração ou do dano causado aos interesses difusos. Em seguida, falou do banco de áreas, um problema que antes existia e era muito sensível para a CETESB, a saber, a falta de áreas para restaurar, e hoje, por meio do CAR integrado ao SIGAM, estão disponibilizadas 70 mil hectares aptas para receberem projetos. Quando o proprietário se inscreve no CAR ele tem a opção de disponibilizar as suas áreas para terem restauração ecológica por terceiros, explicou. Em pareceria com o ITESP, grandes áreas dos assentamentos foram também disponibilizadas para projetos. Outra novidade importante, disse Caroline, que acontecerá com a publicação de uma nova resolução, é que o Programa Nascentes vai ser ampliado para todo o Estado – antes só se aceitavam projetos nas três bacias prioritárias. A partir de agora, todos os projetos que tenham a ver com o escopo do Projeto, recuperação de matas ciliares, recarga de aquífero de proteção etc., poderão ser contemplados no Programa Nascentes. Além disso, se passará a exigir que as recomposições sejam feitas apenas com espécies nativas e não com exóticas. Está-se adequando também a metodologia para árvore equivalente, a fim de se superarem barreiras que impediam que TCRAs fossem convertidos. E se

Página 7 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

reduziu a área mínima de dez para cinco hectares, para contemplar projetos menores, uma demanda dos restauradores. Ao fim e ao cabo, deseja-se restaurar 20 milhões de hectares até 2020. Passou-se à discussão. O conselheiro **Roberto Rezende** elogiou a lógica do Programa por integrar esforços do governo, da sociedade civil, empresas e agricultores. Neste sentido, ressaltou o papel da transparência e deu boas-vindas ao aprimoramento da Resolução 70. Por fim, perguntou se era uma lista aberta ou fechada o conceito de outras áreas relevantes. **Caroline** respondeu que é uma lista aberta que a Comissão vai analisar dentro do escopo do projeto. Não se restringe só a APP. O conselheiro **Dimitri** perguntou, em relação às áreas relevantes, se nessa lista as empresas de capital público (SABESP, EMAE etc.), com espaços que às vezes são invadidos, estão incluídas para fazer restauração ecológica, e disse que vê isto como prioridade zero para se defenderem tais espaços. **Caroline** respondeu que já foram procurados pela SABESP e negociações nesse sentido estão em curso. Com relação à EMAE, ainda não houve contato, mas será procurada. O conselheiro **Flávio Antas** informou que o FID tem destinado recursos para muitos projetos, mas este ano estão sendo priorizados os que têm a ver com a questão da água. Passou-se ao último item da pauta, a Apresentação do Programa Conservação *ex-situ* de Fauna feita pelo **Prof. Paulo Magalhães Bressan**, Diretor-Presidente da Fundação Parque Zoológico São Paulo, e pelo **Prof. João Batista da Cruz**, Diretor Técnico-Científico da Fundação Parque Zoológico. O Professor **Paulo Bressan**, após agradecer pela oportunidade oferecida, lembrou que o tema vem tomando importância na última década, no interior da própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tendo sido incluído nos seus cinco eixos temáticos como quarto item, o que demonstra a importância de que esse assunto se reveste no contexto da conservação da biodiversidade. Paulo Bressan solicitou licença para expandir o escopo do tema, incluindo a fauna *in-situ* de forma integrada, por ser esta uma prática recomendada. Ato contínuo, passou a palavra para o Professor João Batista da Cruz, de quem arrancou o compromisso de que abordaria o conceito de conservação da biodiversidade da fauna. O **Professor João Batista** declarou de início que representava o corpo técnico-científico da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, e que, portanto, representava os esforços de cada um que colocava seu conhecimento e sua energia em prol da conservação da fauna silvestre. Lembrou que a própria Comissão de Sobrevivência das Espécies registra que se trata de processo difícil abordar a conservação *ex-situ* ou o trabalho *ex-situ*, que significa simplesmente a manutenção de populações de espécies silvestres sob cuidados humanos fora do ambiente de origem na natureza. Com outras palavras, argumentou que a conservação *ex-situ* e as ações *ex-situ* constituem, na realidade, um processo que, à medida que evolui com relação aos processos da natureza, desempenham papel subsidiário secundário, pois prevalece o pensamento de que sua contribuição será limitada, principalmente perante as ações humanas que levam à degradação da natureza e, conseqüentemente, à extinção das espécies e às alterações climáticas. Observou que, em 1992, no que concerne à conservação da biodiversidade biológica, a própria Conservation Breeding Specialist Group – ou seja, o Grupo de Especialistas em Reprodução para Conservação – designou a Conservação *in-situ* com prioridade legal e institucional, colocando as ações *ex-situ* em papel subsidiário, de maneira que todos os investimentos concentravam-se nas ações *in-situ* e na recuperação das condições da natureza. No entanto, observou, a proteção das espécies em ambientes naturais e a integração de ecossistemas derivados começaram efetivamente a produzir um processo de análise do que é, de fato, a participação dessas ações, e com isso produziu-se concomitantemente uma decrepitude lenta da dicotomia que se estabeleceu entre as ações *ex-situ* e *in-situ* para a conservação das espécies silvestres. Esclareceu que a conservação *ex-situ* passou a ter um papel mais importante a desempenhar frente à extinção das espécies e mudanças climáticas. Nesse contexto, ela foi trazida de volta ao palco pelo simples progresso que se obteve no conhecimento das práticas técnico-científicas, das estratégias de manejo da população, envolvendo a biologia, a ecologia, a veterinária, a engenharia florestal, ou seja, o processo de educação que foi estabelecido nessas instituições que se dedicaram, anteriormente, às ações *ex-situ*, e com isso foi demonstrado que ela poderia também





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

produzir impactos muito positivos na conservação das espécies silvestres. Portanto, com essas ações passou-se a ter mais um processo de integração das técnicas *in-situ* e *ex-situ*. Após essa modificação, na abordagem filosófica houve algum sucesso que decorreu justamente dessa associação. O primeiro que obteve uma importância muito grande no teatro global, nas nações mundiais, foi a recuperação do mico-leão-dourado, uma espécie nativa do Estado do Rio de Janeiro, e isso aconteceu quando se observou que a presença desses animais na vida selvagem correspondia a mais ou menos 150 a 200 e poucos animais. Tratou-se de um alerta muito grande e diversas pessoas e instituições que trabalhavam com as funções *ex-situ* se uniram, dando lugar a um trabalho muito intenso e com um significado muito grande. Argumentou que, hoje, podemos ver o mico-leão-dourado no Estado do Rio de Janeiro, à medida que as áreas vão sendo recuperadas. Sua população já está na marca de 3 mil 500 animais. Então, essa é uma demonstração bem material do que pode ser feito com a associação dessas duas ações, e isso sem contar com outros trabalhos, como o do condor andino, por exemplo, que é uma espécie natural da Cordilheira dos Andes. Processos semelhantes aconteceram também na Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Chile, México, e isso sem contar com a recuperação do bison bonasus na Europa, além de outras espécies que, aos poucos, a cada ação vai consolidando a ideia dessa integração entre o trabalho *ex-situ* e *in-situ*. Em outras palavras, a abordagem filosófica desenvolveu os aspectos do programa de maneira que se integre de forma cooperativa e objetiva com resultados muito mais consistentes. Naturalmente o que essa abordagem prevê é que a população, tanto dentro do ambiente natural como fora, seja considerada como metapopulação, ou seja, todos os indivíduos são considerados de maneira a dar lugar ao bem-estar animal e não somente a uma abordagem genealógica. Igualmente, do ponto de vista filosófico, esse processo tem de ser sempre ampliado. Deve-se aumentar o número de participantes para que a população de animais beneficiados – e aí considerando as espécies em si – cada vez mais vá aumentando seu número e melhorando suas condições genéticas, isto é, ter suas bases preservadas, com a robustez genética e a diversidade genética das espécies envolvidas. Argumentou que isso é feito através de um manejo intensivo da população, contando-se, portanto, com uma logística bem instalada, bem estabelecida, com base em instrumentos que têm consistência para esse processo. Por último, naturalmente, ela deve ser prevista nas metas da biodiversidade de 2010, ou seja, presente evolução desde 92 até Nagoya. Então, essa foi considerada uma conquista na área de conservação das espécies silvestres, um ganho muito grande porque essa consistência se revela nos trabalhos atuais, na recuperação das diversas espécies, não só ameaçadas, como também naquelas que podem vir a ser ameaçadas. Observou que não devemos esperar que as espécies se tornem ameaçadas, ou, em outras palavras, que uma determinada espécie se torne ameaçada, para só depois se adotarem ações. Segundo seu ponto de vista, há de se fazer uma análise bem robusta, de maneira que se possa prever que uma espécie ou outra possa entrar em processo de ameaça de extinção. Então, acrescentou, não se pode pensar simplesmente na situação do animal em si, mas também em tudo que está envolvido para que ele possa ocupar demográfica e geneticamente as áreas, e garantir uma população contra as ameaças, doenças e espécies invasivas, como também desenvolver técnicas de manejo e monitoramento. Ou seja, não se trata apenas deixar que a espécie fique onde está; há de se monitorá-la, e como estão sendo reestruturadas. Por outro lado, também hoje se faz a proteção de juvenis contra a mortalidade para que aumente a população, porque, no meio ambiente, os animais são predados ou podem ser sujeitos a doenças e a outros problemas. Por esses motivos, trata-se de um processo com correlação com essas áreas. Por último, esclareceu, a obtenção de fundadores genéticos da vida selvagem às vezes acontece em excesso, pelos nascimentos e mortes consequentes, como também pela expulsão de indivíduos com lesões. Tudo isso, ressaltou, vale para um processo que leva em consideração que se deve manter um equilíbrio entre a conservação *in-situ* e *ex-situ*. Observou que num processo que tem bases não somente filosóficas como também técnico-científicas, o trabalho e o conhecimento se torna interativo. Argumentou que a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, como instituição que se dedica também a ações *in-situ* e *ex-situ* teve um

Página 9 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

banho de informações sobre as ações mundiais, de maneira que se pôde também participar. É importante se ter uma ideia da percepção do papel das instituições e entidades que se dedicam aos cuidados humanos de animais silvestres, do número de instituições que se dedica e cada vez mais se amplia. Trata-se, portanto, de um processo em que a esses participantes se unem, na realidade e em cujo contexto o conceito para a conservação das espécies silvestres atém-se a um processo filosófico para abranger todos. Então, esse é um processo em que cada vez mais se tem de criar as bases de um corpo técnico composto de biólogos, veterinários, ecologistas, engenheiros ambientais, zootecnistas, educadores, principalmente um processo de educação ambiental, que é uma ação que cada vez mais se expande e adquire uma importância muito grande, porque penetra justamente nas áreas que precisam levantar a conscientização daqueles que são mais envolvidos com as espécies no meio ambiente. Citou um grande número de instituições, que são todas as instituições e organizações não-governamentais que se estabelecem para dar consistência a esse processo. Por último, observou, há nesse item também o ISIS, que é o Sistema Internacional de Informação sobre as Espécies, que é um programa que vem sendo desenvolvido há alguns anos e que provê, para todas as instituições desenvolvidas, a população de espécie por espécie. Também, acrescentou, quando se quer obter informações sobre algum parâmetro, por exemplo, sobre hematologia, pode-se encontrar respostas sobre o padrão de determinada espécie que lá se encontra; sobre sua parte bioquímica; e, também, sobre as causas das doenças. Informou que todos esses dados são registrados, de maneira que se pode ter acesso a eles, lembrando-se que, ao grupo a que estiver associado, pode-se ter acesso ou não. Observou que, cuidando-se da vida selvagem, e não apenas do bem-estar dos animais *ex-situ*, se sabe qual é a situação dele no meio ambiente. E lembrou que nesse processo as outras associações seguem cursos semelhantes, e que, por exemplo, se garante sua sustentabilidade ao se saber que, na associação latino-americana, alguns projetos são elaborados e certificados por um programa que tem os objetivos e metas estabelecidos. Esse é um processo que cada vez mais se amplia com base nos conceitos da conservação integrada. O Projeto de Certificação do Condor Andino foi um programa monitorado por satélite com o amparo da NASA, por exemplo. Então são todos animais marcados, você sabe a rota que ele segue, você detecta onde eles não estavam e hoje estão, tudo por intermédio da tecnologia. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico científico trouxe uma grande contribuição para a proteção das espécies no meio ambiente, mas nós precisamos utilizá-los bem. Reiterou a necessidade de se ter uma ideia do processo sustentável através do tempo, ou seja, deve-se sempre fazer uma projeção do futuro e termos uma ideia de um conceito novo, que é o da saúde ambiental. Trata-se de um processo que considera o meio ambiente como um todo, ou seja, não estamos desvinculados do meio ambiente, mas, sim, pertencemos a ele e temos que, de fato, voltar às nossas preocupações da mesma maneira como foi feita a instalação das nossas áreas. Fez votos de que esse trabalho seja consistente, que se pense na saúde ambiental, e não somente em prol da fauna silvestre, mas em todo o meio ambiente, para que a condição de bem-estar animal seja também considerada – isso falando somente da espécie silvestre. Acrescentou que há a necessidade da sustentabilidade, da recuperação dos biomas e dos ecossistemas, e que se constitui um prazer muito grande recuperar tais áreas, e se afirmar que as áreas de preservação permanente serão recuperadas, com base em processos de conexão, de maneira que as espécies possam ampliar sua interação e, de fato, contribuir para se passar do bem-estar do *ex-situ* e do *in-situ* para um conceito bem mais abrangente. E, por último, ter-se conhecimento das bases científicas e tecnológicas, como, por exemplo, da adoção de bancos de genomas, dos trabalhos já executados na área de biologia molecular com reconhecimento genômico por microsatélites, dos bancos que podem ser estabelecidos, como garantia do futuro da vida selvagem. Esse é um processo pelo qual devemos ter a consideração mais elevada. E por último, as conclusões. Primeiro, não devemos duvidar de que, quando trabalhamos com a fauna silvestre *in-situ*, a conservação, temos de projetar seus horizontes. Portanto, a sustentabilidade deve ter as bases não somente filosóficas do desenvolvimento do pensamento, as bases científicas, mas até um programa que delinieie antecipadamente, os objetivos, as metas, de maneira que seja um processo

Página 10 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

contínuo e, portanto, um processo que é caro – não pensemos que os programas sejam de baixo custo, principalmente no que concerne aos custos da tecnologia e aos custos da formação de profissionais. Em segundo item, a gente tem de ter a certeza do engajamento, e não só com base em conceitos modernos. Não adianta conhecer e, depois, desconsiderar. Então, a prospecção de novos processos que são desenvolvidos nos trabalhos, nos estudos, deve sempre ser objeto de um processo contínuo de atualização, de maneira que a sustentabilidade seja a garantia. Por outro lado, o desenho, a execução de objetivos e as metas dos programas devem possuir uma consideração sempre muito firme, que deve estar incluída no objetivo das instituições. Não se pode constituir instituições que simplesmente decidam fazer alguma ação, algum trabalho, algum programa específico, sem que isto se tenha inserido em seu corpo. Ou seja, um plano de objetivos e metas deve também conter, em seus programas de conservação das espécies, os objetivos e metas que se pretende atingir. E, nessa ótica, o índice que parece ser de maior importância nos tempos atuais diz respeito à capacitação profissional em conservação. Simplesmente temos às vezes os biólogos, que têm amor pelos animais, gostam da vida selvagem, entre eles os veterinários, zootecnistas, educadores que se envolvem, e essa formação é um processo que devemos ter em consideração e com cujos conhecimentos possamos gerar recursos humanos para que nossa biodiversidade de fauna silvestre, nossa biodiversidade como um todo, tenha consistência no futuro. Arrematou afirmando serem essas as conclusões, e ser importante lembrar a percepção que se tem da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, a primeira fundação do Estado que, na realidade, se vincula diretamente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e que, portanto, trabalha pela conservação da fauna, pelo meio ambiente, além de ser uma instituição que colabora, nesse sentido, com o Governo do Estado. E a Secretaria do Meio Ambiente, como o Doutor Bressan lembrou, contempla o eixo temático sobre biodiversidade da fauna silvestre. Então se trata de um trabalho que vem sendo desenvolvido com consciência – são 15 anos com desenvolvimento das bases filosóficas e científicas para a conservação, bases essas que são aplicadas continuamente pela Fundação – não somente pela área técnica, científica, mas também por todo o processo de administração da Fundação. Esclareceu que a Fundação colabora com entidades internacionais. Por último, teceu comentários sobre o desenvolvimento científico-tecnológico ocorrido e que envolve a criação de um banco de genoma e instalação de laboratórios de biologia molecular, de microbiologia, de análises clínicas, de reprodução assistida, e a implementação de um amplo programa de capacitação e aperfeiçoamento profissional, desde 2002, já tendo sido concluído por cerca de 180 profissionais, a maioria já atuando na conservação da fauna silvestre. Referiu-se ao curso de mestrado profissional de conservação de fauna no campus da UFSCar, que tem a aprovação da CAPES 2012 e está em vias de ser concluído pela quarta turma que o frequenta. Referiu-se a uma imersão por meses na Fundação de maneira que se possa ter acesso à tecnologia de manejo, da medicina veterinária e tudo o mais que dá suporte aos trabalhos do meio ambiente, contando-se também com cooperadores, especificamente em conservação, da USP, da UFSCAR, da Unifesp, da Universidade Federal de Goiás, do AC Camargo e também de Royal Zoological Society of Scotland. E, por último, demonstramos em nossos Centros de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo que já contam com a entrada plena em operação de cinco espécies já estabelecidas: a primeira é o Mico-leão-preto, pelo ICMBio do Estado de São Paulo, e as demais são mico-leão-dourado; o mico-leão-da-cara-dourada; o tamanduá e a arara-azul-de-lear. Trata-se de um trabalho que, aos poucos, se expandirá, porque se trata de um plano que vem desenvolvendo os conceitos, a filosofia e a estrutura, há dez anos, e, na realidade, estamos muito felizes por inaugurarmos o Centro Conservação de Fauna pelas espécies silvestres em 15 de julho de 2015. Passou-se à discussão. O conselheiro **Dimitri Auad**, após parabenizar pela apresentação, declarou que, a título de provocação, propunha se substituísse o nome do Programa Nascentes por “Introdução e Reintrodução de Fauna”, assim como sua aproximação com o Programa Nascentes, com objetivo de se promover sua restauração ecológica. Questionou se já havia alguma integração entre os trabalhos de reintrodução e introdução de fauna, feitos pela Fundação Parque Zoológico em

Página 11 de 12



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

cooperação com gestores das unidades de conservação da Fundação e/ou do Instituto Florestal. Em resposta, o Professor **Paulo Bressan** afirmou que deixaria as considerações sobre as diferenças entre introdução, conservação, reintrodução e povoamento para o Professor João Batista da Cruz responder. Afirmou que o Programa Nascentes possui total relação com a conservação de animais silvestres, pois os animais têm toda uma vida associada ao meio em que vive para sobreviver, reproduzir e criar sua prole. Reconheceu a necessidade das unidades do sistema de meio ambiente trabalharem em conjunto, e essa percepção se estabeleceu desde que se tornou membro do CONSEMA. Ressaltou que a Fundação Parque Zoológico vem recebendo significativo apoio da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Faga Iglecias, o que até então não acontecera com tanta intensidade. Aproveitou a oportunidade para estabelecer com a Secretária Adjunta de Estado do Meio Ambiente a constituição de vínculos com as unidades de conservação que também necessitam fazer o levantamento faunístico. Citou como um dos mais expressivos, o Projeto de Atualização da Lista das Espécies de Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado. Enfatizou que, atualmente, a Fundação possui equipes que trabalham em campo, e faz isso com recursos próprios. Enfatizou também que 600 projetos *in-situ* foram apresentados em conferências e congressos representando o Governo do Estado de S. Paulo. Ressaltou que o alto custo dos projetos provoca intermitência em seu funcionamento, o que, decerto, é muito frustrante. O Professor **João Batista Cruz** explicou que os termos reintrodução e repovoamento são utilizados como sinônimos, mas, na realidade, a reintrodução significa a recolocação do animal no seu meio ambiente, após sua extinção. Discorreu de forma ampla e com detalhes sobre outros termos utilizados nesse campo do conhecimento, ofertando, como exemplo, os casos do mico-leão-dourado e do mico-leão-preto. O conselheiro **Danilo Angelucci de Amorim** declarou considerar importante saber que, no interior da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais se encontra alocado o Departamento de Fauna, que emite as autorizações para soltura de animais silvestres em ambiente natural, e, além disso, a SMA implementou o Programa de Pagamento de Serviços Ambientais para as Áreas de Soltura. A Secretária-Adjunta, **Cristina Maria do Amaral Azevedo**, comemorou que se tenha conseguido esgotar a pauta, com três temas bem diferentes, não polêmicos, mas importantes e interligados, como ressaltou o Dr. Bressan, e que constituem três dos cinco eixos que orientam a atual gestão ambiental. Importantes também para gerar subsídios que orientem as deliberações do Conselho, disse, e agradeceu a presença dos conselheiros. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, **Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.